



OS REFERENCIAIS CURRICULARES E O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA¹

CURRICULAR FRAMEWORKS AND THE TEACHING OF GEOGRAPHY IN BASIC EDUCATION

Carla Riethmüller Haas Barcellos², Helena Copetti Callai³

¹ Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisas: Ensino e Metodologias em Geografia e Ciências Sociais - EMGEOCS.

² Mestra em Educação nas Ciências - UNIJUI; Membro do Grupo de Pesquisa: Ensino e Metodologias em Geografia e Ciências Sociais - EMGEOCS; Bolsista CAPES 2020/2021; Licenciada em Geografia - UNIJUI e; Professora de Geografia na Rede Pública Municipal de Ijuí/RS. E-mail: carlaebarcellos@gmail.com / carla.b@prof.smed.ijui.rs.gov.br

³ Professora titular na UNIJUI, doutora em Geografia (US-SP); posdoc na UAM- Madrid Espanha, Bolsista; PQ/CNPq Nível 1 D, PqG/Fapergs/RS. Líder do EMGEOCS. E-mail: copetti.callai@gmail.com

RESUMO

Este trabalho constitui uma pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa: Ensino e Metodologias em Geografia e Ciências Sociais - EMGEOCS. A pesquisa busca compreender e responder à pergunta: de que modo se apresentam os temas Lugar e Cidadania, nos referenciais curriculares? Para responder ao problema de pesquisa, além de um aporte teórico, buscou-se, neste escrito, investigar sobre o que dizem os documentos oficiais acerca dos temas para o ensino de geografia na educação básica. Desta forma, este trabalho compõe uma pesquisa documental com o objetivo de investigar a indicação de elementos curriculares relacionados à cidadania e ao estudo do lugar. O objeto de estudo são os documentos oficiais referência para o ensino de geografia: Base Nacional Comum Curricular; Referencial Curricular Gaúcho e; Referencial Curricular Municipal de Ijuí/RS. Desta forma, compreende-se que a geografia escolar precisa fazer o movimento de interpretação, avançando para além do que está escrito nas teorias e nos documentos, na prática, ou seja, na práxis. Para que desta forma, se possa caminhar em direção ao bem comum, à sociedade justa e solidária, enfim, à cidadania.

Palavras-chave: Cidadania. Ensino de geografia. Educação básica. Referenciais curriculares.

ABSTRACT

This work constitutes research developed together with the Research Group: Teaching and Methodologies in Geography and Social Sciences - EMGEOCS. The research seeks to answer the question: how are the themes of Place and Citizenship presented in the curricular frameworks? To answer the research problem, in addition to a theoretical contribution, we sought, in this writing, to investigate what the official documents say about themes for the teaching of geography in basic education. In this way, our work composes documentary



research to investigate the indication of curricular elements related to citizenship and the study of the place. The objects of study are the official reference documents for the teaching of geography, those being: the National Curricular Common Base (federal level); the Gaucho Curriculum Reference (state level) and the Municipal Curriculum Reference of Ijuí/RS (city level). It is understood that school geography needs to move to interpretation, advancing beyond what is written in theories and documents in the direction of praxis. So that it is possible to seek the common good, for a fairer solidary society, in short, to citizenship.

Keywords: Citizenship. Teaching geography. Basic education. Curricular frameworks.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve como problema compreender e responder à pergunta: de que modo se apresentam os temas Lugar e Cidadania, nos referenciais curriculares? Para responder ao problema de pesquisa, além do aporte teórico abarcado, buscou-se investigar sobre o que dizem os documentos oficiais acerca dos temas. Desta forma, este trabalho compõe uma pesquisa documental com o objetivo de investigar a indicação de elementos curriculares relacionados à cidadania e ao estudo do lugar, presentes nos documentos oficiais. O objeto de estudo são os documentos oficiais referência para o ensino de geografia desde a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); Referencial Curricular Gaúcho (RCG) e; Referencial Curricular Municipal de Ijuí/RS.

Os referenciais curriculares das escolas são elaborados a partir dos documentos federal, estadual e municipal. Este trabalho apresenta, um estudo acerca da estrutura dos documentos, especificamente no tocante à disciplina de Geografia do Ensino Fundamental II. Além disso, compõe uma análise desta organização curricular, bem como dos elementos relacionados ao lugar e à cidadania no ensino de geografia da educação básica.

METODOLOGIA

Esta investigação apresenta um caráter qualitativo-exploratório, no sentido de compreender a organização curricular desde o documento referencial máximo das escolas brasileiras, que é a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, até o Referencial Curricular Municipal - RCM, passando pelo Referencial Curricular Gaúcho - RCG. A metodologia compreende da organização curricular, bem como a identificação e análise dos elementos



curriculares presentes nos referenciais supracitados, no tocante ao estudo do lugar e da cidadania.

LUGAR E CIDADANIA NOS DOCUMENTOS-REFERÊNCIA PARA O ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Os currículos brasileiros são orientados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que é

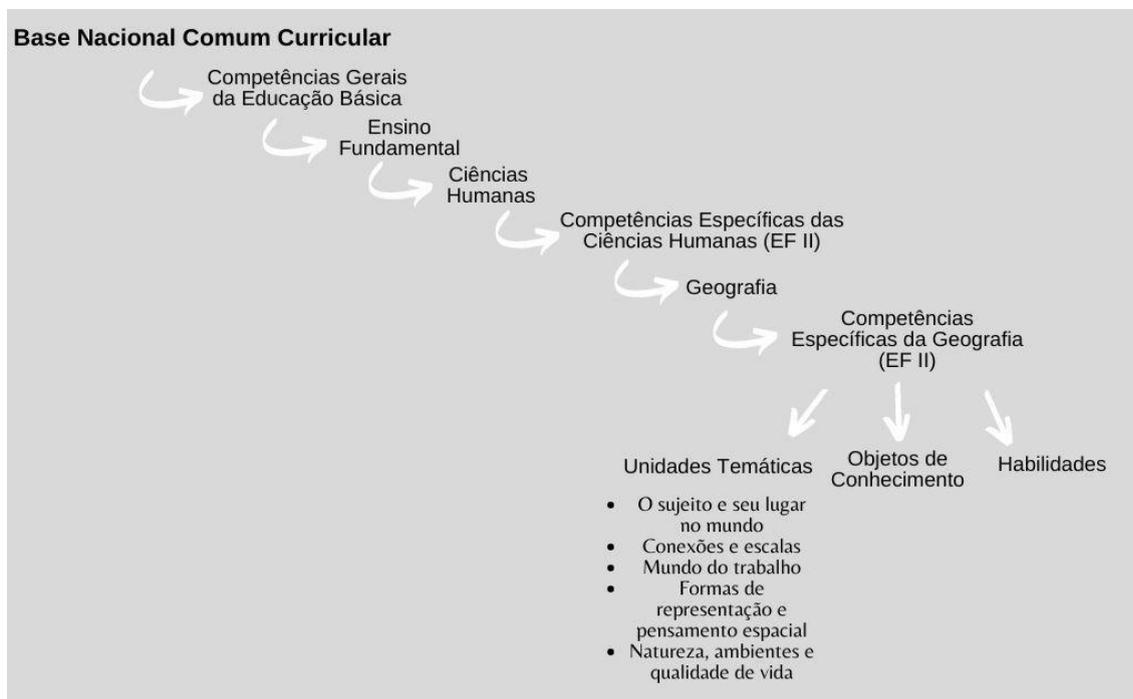
um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BNCC, 2018, p. 7).

Este documento, foi elaborado com base no Plano Nacional de Educação¹ (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, para o decênio 2014/2024, e visa alinhar-se ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU). É aplicado à educação escolar e é uma referência para normatizar a formulação dos currículos escolares do Brasil. A BNCC constitui sessenta por cento (60%) do total de conteúdo do currículo e os outros quarenta por cento (40%) são complementados pelos currículos estadual e municipal. Os documentos são apresentados em função de serem normativos em suas proposições, sendo assim a base para o ensino a ser realizado nas escolas. Muitos debates tem sido feitos em torno dos documentos e em diversas esferas relacionadas à educação escolar, no entanto, a intenção aqui não é aprofundar a crítica.

O documento está estruturado conforme apresentado no organograma elaborado a partir da BNCC, referindo-se especificamente à Geografia do Ensino Fundamental II(EFII), a seguir:

Figura 2: A Geografia do Ensino Fundamental II na BNCC

¹ <http://pne.mec.gov.br/>



Fonte: Elaborado pela autora Carla Riethmüller Haas Barcellos, a partir do documento BNCC (2018), 2021.

Conforme o documento, as aprendizagens essenciais devem assegurar o desenvolvimento de competências², sendo elencadas dez gerais, sete na área das Ciências Humanas, e sete competências específicas na área da Geografia. Os três conjuntos de competências estão em consonância entre si, sendo apresentados do âmbito mais geral da BNCC para as áreas específicas das Ciências Humanas e da Geografia. Conforme a BNCC (2018, p. 8), as competências se referem à mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para possibilitar a resolução de demandas cotidianas da vida, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho, enfim, um conhecimento para a vida. Essas competências compreendem uma formação integral do sujeito, não apenas no sentido do desenvolvimento intelectual mas, também físico, cultural e no desenvolvimento sócio-emocional.

A etapa II do Ensino Fundamental, ou seja, os Anos Finais, representa um aprofundamento dos estudos desenvolvidos na etapa I (Anos Iniciais), propondo desafios de maior complexidade nas diferentes áreas do conhecimento, uma preparação para a próxima

² “Competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2018, p. 8).



etapa na qual serão aprofundados ainda mais - o Ensino Médio. “Nessa fase, as noções de temporalidade, espacialidade e diversidade são abordadas em uma perspectiva mais complexa, que deve levar em conta a perspectiva dos direitos humanos” (BNCC, 2018, p. 356).

Conforme a BNCC, “no Ensino Fundamental – Anos Finais é possível analisar os indivíduos como atores inseridos em um mundo em constante movimento de objetos e populações e com exigência de constante comunicação” (BNCC, 2018, p. 355). Isso reforça a necessidade do desenvolvimento de habilidades para diferentes linguagens.

Os Anos Finais do Ensino Fundamental têm o compromisso de aprofundar questões sobre as pessoas, grupos humanos, culturas, modos de organização das sociedades, relações de produção e poder e, as transformações de si e do mundo. A responsabilização do cidadão com o mundo em que vive passa pelo desenvolvimento de habilidades como identificar, classificar, organizar e comparar em diferentes contextos e dimensões escalares, para melhor compreender a si e ao outro BNCC (2018, p. 356).

“A área de Ciências Humanas deve propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, de compreender processos e fenômenos sociais, políticos e culturais e de atuar de forma ética, responsável e autônoma diante de fenômenos sociais e naturais” (BNCC, 2018, p. 356). Nesse sentido, a área de Ciências Humanas estimula maior compreensão dos alunos acerca do mundo e contribui para que estes desenvolvam uma cognição contextualizada por meio do raciocínio espaço-temporal e com o uso de diferentes linguagens “de forma a permitir que os alunos se tornem produtores e leitores de mapas dos mais variados lugares vividos, concebidos e percebidos” (BNCC, 2018, p. 353). É dentro desta área que se encontra a Geografia.

Porém, quero ressaltar que o ensino de Geografia na escola não se limita a produzir e ler mapas. A Geografia escolar vai muito além, estimulando a interpretação do espaço onde se vive, a compreensão das relações e das inter-relações sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais, que se dão de forma universal no espaço geográfico e, com certeza, o conhecimento da cartografia é fundamental.

Conforme o documento,

a educação geográfica contribui para a formação do conceito de identidade, expresso de diferentes formas: na compreensão perceptiva da paisagem, que ganha



significado à medida que, ao observá-la, nota-se a vivência dos indivíduos e da coletividade; nas relações com os lugares vividos; nos costumes que resgatam a nossa memória social; na identidade cultural; e na consciência de que somos sujeitos da história, distintos uns dos outros e, por isso, convictos das nossas diferenças. (BNCC, 2018, p. 359)

Os conhecimentos específicos da geografia proporcionam, ou devem vir a proporcionar, por meio do ensino, competências que possibilitem aos alunos a utilização dos conhecimentos geográficos de modo a estabelecer conexões, desenvolver o pensamento espacial, a autonomia e o senso crítico para a construção de argumentos. Essas competências tem o intuito de alargar a defesa das ideias, o entendimento e a compreensão do mundo em seus diferentes âmbitos, agindo pessoal e coletivamente.

Os estudantes precisam ser estimulados a desenvolver o raciocínio geográfico, que é uma maneira de exercitar o pensamento espacial integrando os conhecimentos de outras áreas, “para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza” (BNCC, 2018, p.360). E ainda,

a abordagem das relações espaciais e o consequente desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal no ensino de Ciências Humanas devem favorecer a compreensão, pelos alunos, dos tempos sociais e da natureza e de suas relações com os espaços (BNCC, 2018, p.353).

Assim, as unidades temáticas do campo da Geografia na BNCC destacam “aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana” (BNCC, 2018, p. 364). As unidades temáticas são: “O sujeito e seu lugar no mundo”, “Conexões e escalas”, “Mundo do trabalho”, “Formas de representação e pensamento espacial” e, “Natureza, ambientes e qualidade de vida”.

Dentre estas cinco unidades temáticas, é possível destacar duas que evidenciam o Lugar: A unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo” faz referência a uma abordagem para o olhar do sujeito para contextos mais amplos, tendo em vista outras escalas como a nacional e a mundial, considerando o indivíduo e o sujeito social; A unidade “Conexões e escalas” também evidencia as questões da multiescalaridade, considerando os espaços de vivência e convivência e as interações espaciais mais complexas. A conexão é afirmada como princípio da Geografia a qual permite estabelecer relações entre sociedade e meio físico-natural e de espaço e tempo como fatores importantes para compreender a produção do espaço geográfico.



Em todas essas unidades, destacam-se aspectos relacionados ao exercício da cidadania e à aplicação de conhecimentos da Geografia diante de situações e problemas da vida cotidiana, tais como: estabelecer regras de convivência na escola e na comunidade; discutir propostas de ampliação de espaços públicos; e propor ações de intervenção na realidade, tudo visando à melhoria da coletividade e do bem comum (BNCC, 2018, p. 364).

O documento ainda ressalta que é preciso considerar a situação geográfica, ou seja, o conjunto das relações. Desta forma, as unidades temáticas devem ser abordadas integralmente. Assim, “o entendimento da situação geográfica, pela sua natureza, é o procedimento para o estudo dos objetos de aprendizagem pelos alunos” (BNCC, 2018, p. 365).

Em relação ao Lugar, em alguns momentos a BNCC traz uma abordagem mais humanística quando considera o espaço de vivência, identidade e pertencimento, em outros, quando evidencia a relação entre o local e o global, fica explícita a perspectiva histórico-dialética, as diferentes escalas e, em outros, considera o Lugar como totalidade, sob a ótica do pensamento pós-moderno.

O desenvolvimento do pensamento espacial é muito importante para que os alunos ampliem sua visão de mundo, desenvolvendo o raciocínio geográfico, que é uma maneira de exercitar o pensamento espacial. Isso não acontece apenas com a educação geográfica, é preciso um trabalho que integre as outras áreas do saber, de uma forma interdisciplinar (BNCC, 2018, p. 359).

Esta interdisciplinaridade é inerente a todas as áreas do conhecimento, porém, o trabalho interdisciplinar na escola constitui um grande desafio aos professores, principalmente dos Anos Finais, etapa em que o currículo apresenta-se fragmentado, com horários fragmentados e com um professor para cada disciplina. Essa fragmentação também aparece no currículo dos Anos Iniciais, mas a diferença está no menor número de professores trabalhando com os alunos, reservando o maior percentual de carga horária para o professor regente, possibilitando o ensino globalizado.

O documento aponta como necessidade a aplicação dos princípios de analogia, de conexão, de diferenciação, de distribuição, de extensão, de localização e de ordem. Esses princípios foram elencados por pensadores da geografia clássica positivista, na constituição da geografia como uma ciência de síntese e podem variar, dependendo do autor.



Para além dos conceitos fundamentais, ou como mencionado na BNCC, conceitos operacionais, como espaço (que na BNCC é referido como o conceito mais amplo e complexo), território, lugar, região, natureza e paisagem, a geografia como ciência e como disciplina escolar também abarca um conjunto de saberes. Esses saberes são os conteúdos ou objetos de conhecimento que poderão estabelecer relações e entendimentos e desta forma possibilitar a elaboração de tais conceitos.

Conforme a BNCC, nos Anos Finais do Ensino Fundamental (EFII) para o sexto ano a proposta é que os conteúdos (ou objetos de conhecimento) sejam trabalhados no sentido de retomar a identidade sociocultural e reconhecer os lugares de vivência e a necessidade de estudar sobre os diferentes e desiguais usos que se dá ao espaço, tomando, dessa forma, tomar consciência a respeito das interferências do ser humano no planeta. Temos aqui uma referência ao Lugar e às relações que se precisa estabelecer entre o local e o global, considerando as diferentes dimensões escalares.

No sétimo ano, o foco principal dos conteúdos é o território Brasileiro ressaltando que as discussões em torno da formação do território contribuem para as aprendizagens sobre a formação da América Latina, em especial a América portuguesa. Já no oitavo e no nono ano, a ênfase dos conteúdos está concentrada no espaço geográfico mundial. No oitavo ano propõe os estudos voltados para a América e a África. No nono ano a atenção se volta para a nova ordem mundial ou “(des)ordem mundial”, como referida na BNCC (2018, p. 383), globalização e mundialização e suas consequências. Destaca-se a importância de abordar a visão ocidental, centrando na Europa a partir da expansão marítima, mas também outras visões partindo dos demais continentes e regiões do mundo.

A seguir, apresento um quadro elaborado a partir dos conceitos que são apontados no texto da BNCC (2018), a serem abordados por ano, nos Anos Finais ou Ensino Fundamental II:

Quadro 4: Conceitos citados no texto introdutório às unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades, na BNCC (2018)

6º ano	Conceitos estruturantes do meio físico-natural, natureza, paisagem, transformação
7º ano	Estado-nação, formação territorial, que envolvem a dinâmica físico-natural articulados às ações humanas, região
8º ano	Território, região, classe social, modo de vida, paisagem e elementos físicos naturais



9ºano	Não citado
-------	------------

Fonte: Elaborado pela pesquisadora Carla Riethmüller Haas Barcellos, 2021.

O texto introdutório aos Anos Finais do Ensino Fundamental II da BNCC, apresenta como fundamental a abordagem dos conceitos estruturantes e que envolvem a dinâmica do meio físico-natural no sexto e sétimo ano, mas não especifica quais são. O conceito de paisagem é citado no sexto e oitavo ano, o conceito de transformação, no sexto ano, o qual não é considerado de fato um conceito geográfico estruturante. O conceito de Estado-nação, é citado apenas no sétimo ano. Os conceitos de formação territorial, território e região, são citados no sétimo e oitavo ano e neste, ainda cita os conceitos de classe social e modo de vida. No nono ano, nenhum conceito é citado como de fundamental abordagem.

Além destes conceitos citados serem abordados com ênfase em um ou outro ano, não são citados os conceitos que fundamentam a ciência geográfica, considerados como estruturantes, estes aparecem apenas no início do documento, juntamente com os princípios e afirmando sobre a importância do domínio destes por parte dos alunos.

É a partir dos conteúdos ou objetos de conhecimento que os alunos poderão desenvolver o pensamento espacial e elaborar os conceitos e as habilidades. Estes, são elementos fundamentais de transformação da sociedade na cidadania, pois a geografia, juntamente com outras áreas das ciências humanas e sociais, tem um papel importante de análise e discussão da sociedade.

O Referencial Curricular Gaúcho (RCG), elaborado em consonância com a BNCC, “produz um direcionamento curricular estadual capaz de atender às demandas e particularidades locais deste complexo e diversificado espaço sul-riograndense” (RCG, 2018, p. 52). Este se firma como um documento balizador para a construção dos currículos e que cabe aos diferentes sistemas a elaboração de um documento orientador que viabilize as peculiaridades locais.

O RCG, faz referência aos conceitos estruturantes da Geografia, porém não apresenta a ou as perspectivas teóricas em que fundam os mesmos. Apenas menciona que “como ciência social, a Geografia tem como objeto de estudo a sociedade, que é objetivada pela análise de cinco conceitos-chaves que entre si guardam forte grau de parentesco, pois todos se referem à



ação humana sobre a superfície terrestre: espaço, lugar, território, região e paisagem, diferente da BNCC, a qual traz ainda o conceito de natureza.

As cinco unidades temáticas da BNCC e os respectivos objetos de conhecimento, ou seja, os conteúdos e mais as habilidades da BNCC compõem o RCG. Este, ainda incorpora outras habilidades, as quais estão relacionadas ao contexto do território brasileiro e sul-riograndense.

A partir da BNCC e do RCG, é elaborado o Referencial Curricular Municipal, que é um documento válido para todas as escolas municipais. Conforme o Referencial Curricular Municipal (2020), as noções de temporalidade, espacialidade, identidade e diversidade são ampliadas no Ensino Fundamental II, além de responder de maneira crítica, propositiva e ética. Nesse sentido, é salutar compreender que essa é uma intenção pois não há como garantir que o aluno responda dessa forma, visto às diferentes realidades. Cada município constrói seu referencial curricular a partir do RCG e da BNCC, inserindo objetos de conhecimento e habilidades voltadas para o contexto municipal. No caso de Ijuí, os professores participaram desta construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que é no chão da escola que cada professor e professora faz a diferença na construção de conhecimentos, unindo o conhecimento científico ao senso comum, ao saber popular e, à sua experiência para interpretar a realidade cotidiana dos alunos e dos seus espaços de vivência, num processo de transformação. Esse conhecimento precisa ser apreendido pelos alunos e fazer sentido para eles, numa inter-relação entre o senso comum e o conhecimento científico, desta forma, compreendendo que o seu espaço de vivência se inter-relaciona com outros espaços interferindo e sofrendo interferências.

Nesse sentido, corroboramos com o documento municipal quando este sinaliza que a identificação, a classificação, a organização e a comparação – do local ao global, tornam-se habilidades essenciais para a compreensão de si e do mundo, perpassando as demais esferas, como parte do processo de construção da cidadania. “Em todas as etapas da escolaridade, o ensino de Geografia tem a finalidade de indicar ao aluno que cidadania também é desenvolver o sentimento de pertencimento à sociedade em constante transformação” (SANDRI, 2020, p. 193).



Essa sociedade em transformação a que se refere o autor acima, também precisa ser compreendida na sua complexidade, no tocante a direção para onde caminham as transformações e a quem interessa determinadas transformações. A geografia escolar precisa fazer esse movimento de interpretação e de reconhecimento do lugar, para além do que está escrito nas teorias e nos documentos, mas na prática, ou seja, na práxis, para que desta forma, se possa caminhar em direção ao bem comum, à sociedade justa e solidária, enfim, à cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BNCC. **Base Nacional Comum Curricular**. Versão completa homologada em 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 18 jul. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho**: Humanas. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. Porto Alegre, v.1, 2018.

SANDRI, V. J. (org.). Referencial Curricular Municipal: Ensino Fundamental II. **Cadernos SMEd**, Ijuí: Secretaria Municipal de Educação, v. 3, n. 24, 2020.